

O debate sobre bem comum e bem público no movimento altermundialista.

Santiane Arias.

Cita:

Santiane Arias (2017). *O debate sobre bem comum e bem público no movimento altermundialista. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/682>

Association Latinoamericana de Sociologia (ALAS)

O debate sobre bem comum e bem público no movimento altermundialista

Santiane Arias

Altermundialismo

De acordo com José Corrêa Leite (2005), a partir da segunda metade dos anos 1990 surgiram “novas resistências”, inaugurando uma nova forma de fazer política. Para Ignácio Ramonet (2000), o altermundialismo traduzia uma nova cena contraposta à inércia dos anos 1980, quando o neoliberalismo avançava sem aparente reação.

O altermundialismo nasceu oficialmente em Seattle, Estados Unidos, em 1999, durante o encontro da Organização Mundial do Comércio. Na ocasião, mais de 50 mil pessoas e diversas organizações foram às ruas contra a chamada “globalização das corporações”.

Esse ciclo de protestos inaugurado em Seattle se repetiu inúmeras vezes nas reuniões do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional até alguns anos mais tarde, resultar na criação do Fórum Social Mundial, em 2001.

ATTAC

Envolvida diretamente em diversas manifestações e na criação do FSM estava a ATTAC – a Associação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio ao Cidadão. A ATTAC foi fundada em 1998 na França com o lema ***O mundo não é uma mercadoria!*** Os seus documentos oficiais, os dossiês científicos e encontros defendiam a importância da taxa Tobin¹ – uma espécie de imposto que deveria ser aplicado sobre as transações financeiras. Para François Chesnais (1999), economista e membro do conselho científico da ATTAC, o valor da alíquota proposta era muito modesto. A

¹ **James Tobin** (1918 - 2002) foi um economista estadunidense. Professor na Universidade de Yale de 1950 a 1988, foi galardoado com o Prêmio de Ciências Económicas em Memória de Alfred Nobel de 1981

bandeira da tributação tinha outra missão mais importante: demonstrar a necessidade da regulamentação pública das instituições financeiras.

Todos os documentos políticos da ATTAC aos quais tive acesso reivindicam a taxa Tobin e a anulação da dívida externa dos países pobres. Essas duas demandas aparecem sempre articuladas com a necessidade da reforma das instituições financeiras internacionais².

Ao longo dos anos a ATTAC cresceu e foi, nos momentos de acirramento das lutas sociais na Europa, chamada a se posicionar sobre diversas questões que tangenciavam seu escopo inicial. Apesar disso, o ponto nodal da narrativa da associação permanecia sendo a mundialização financeira e seus efeitos deletérios à democracia econômica e política. Para a ATTAC, a financeirização da economia corroía as bases dos Estados-nacionais, *locus* do pacto social e de garantia do bem comum. Como afirmou Ramonet, o presidente de honra da ATTAC: “A mundialização financeira tem criado seu próprio Estado (...). Trata-se do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial [...]. Este Estado mundial é um poder sem sociedade [...], **como consequência, as sociedades realmente existentes, são sociedades sem poder** (RAMONET, 1997, tradução e grifos meus).

Segundo tal análise, “as instituições democráticas e os **Estados soberanos encarregados do interesse geral**” foram, com o neoliberalismo, substituídos por uma “lógica estritamente especulativa” (ATTAC, 2002, grifos da autora). Era necessário e urgente criar “**novos instrumentos de regulação e controle**, no plano nacional, europeu e internacional” (ATTAC, 1998, grifos da autora).

O termo bem comum aparece nos documentos num primeiro momento próximo aquele de interesses gerais e, mais tarde, nos dossiês preparados por grupos de especialistas, como bens e serviços essenciais, os quais estariam sendo progressivamente submetidos à lógica do lucro e da concorrência. Esse avanço do mercado sobre os bens e serviços públicos aparece associado à hegemonia do capital financeiro; é sob esse eixo que temas como desigualdade de gênero, imigração, meio ambiente assumem inteligibilidade.

Bem público e bem comum

² O editorial inaugural da associação, escrito por Ignácio Ramonet (1997), jornalista do *Le monde diplomatique*, a plataforma da associação (1998), o manifesto *altermundialista* (2007) e os

A discussão sobre a definição do que é **bem público** e o que é **bem comum** mobilizou bastante os intelectuais da associação. Mas o tema não aparece apenas na ATTAC. No seminário internacional do Fórum Social Mundial de 2010 ele esteve presente em três mesas de debate.

De acordo com François Lille (2004), economista e membro do conselho científico da ATTAC, **bem comum** é o que deveria pertencer a todos, compartilhado; **bem público** é aquilo a que todos deveriam ter direito; e **serviço público** refere-se à forma de produção, gestão e desses bens³.

A delimitação do que é comum e público não pode ser descontextualizado; cada sociedade e grupo estabelecem o que lhe é essencial (LILLE, 2004). Na ATTAC, apesar de um extenso e diversificado leque, setores como a educação, a saúde, a cultura e a comunicação estão sempre entre os bens considerados públicos. Pode-se dizer que existe um consenso em torno dessas áreas. A definição não é um simples exercício intelectual de classificação, mas demarca para os *attacantes* o que deve ser “estatizado” e/ou “socializado”. E é neste trabalho de separação do joio do trigo, que podemos redimensionar o lema ***O mundo não é uma mercadoria!*** Pois, o que estava em questão é menos o funcionamento do mercado em si, e mais a extensão da sua lógica para alguns domínios até a alguns anos atrás mais ou menos preservados.

Com efeito, essa bandeira interessa a muitos, embora não contemple de maneira idêntica a todos. Podemos pensar que ela impacta singularmente os profissionais do setor exposto com as políticas neoliberais à privatização e reformas. O perfil dos militantes e das organizações que compõem a ATTAC reforça essa hipótese. A associação foi fundada tanto por jornais e revistas progressistas, especialmente o *Le monde diplomatique*, como por sindicatos do setor público, especialmente de professores e pesquisadores do ensino superior, os quais durante os primeiros anos tiveram um papel decisivo na associação⁴.

³ Para Emmanuel Brillet (2004), a noção francesa de serviço público indica não apenas um extenso leque de serviços oferecidos gratuitamente, mas uma forma específica de produzi-los e geri-los. Existe aqui uma identificação entre interesse público e poder público, conferindo ao Estado papel destacado na gestão de alguns deles. Segundo Brillet (2004), são completamente opostos à noção inglesa de um Estado “simples prestador de serviços (entre outros)”.

⁴ Fundadores (pessoas jurídicas) em cinco grupos, são eles: jornais ou revistas – Alternatives économiques, Charlie Hebdo, Golias, Le monde diplomatique, Pétition, Politique (Revue européenne), Politis, Témoignage Chrétien, Transversales/Science/Culture; associações especializadas em informação e síntese econômica, jurídica ou social – CEDETIM, AITEC, CRID, FFMJC, Raisons d’agir; sindicatos – Federação das Finanças-CGT, UGICT-CGT, SNPTAS Equipamento-CGT, FGTE-CFDT, Federação dos Bancos-CFDT, a FSU enquanto tal e seus componentes SNES, SNESup e SNUipp, o G10 enquanto tal e seus sindicatos SUD-PTT e o SNUI, a Confederação Camponesa e Modéf; associações representantes dos

As demandas e reflexões desse sindicato aparece muito forte nesse debate. A chave aqui é: a produção de conhecimento científico é um espaço de liberdade de reflexão incompatível com a lógica da concorrência.

Para Jean-Marie Harribey, membro do conselho científico da ATTAC, a crise econômica atual é parte de uma crise do regime de acumulação capitalista. Existe um impulso à expansão da forma mercadoria, todo um esforço por alargar a fronteira da propriedade privada, englobando espaços não mercantilizados, como o conhecimento, os recursos naturais. Harribey compara a privatização do conhecimento hoje com os cercamentos das terras na Inglaterra no século XVII e XVIII – momento importante para a revolução industrial⁵. Como Harribey mesmo destaca, não existe uma característica material intrínseca que determina o bem comum ou o bem público.

A presença de intelectuais, pesquisadores e coletivos de peritagem e informação, é uma marca da atuação altermundialista. A ATTAC na França surgiu inicialmente de um grupo de jornalistas com o propósito de divulgar uma análise crítica do processo de financeirização da economia, evidenciando os nexos entre esse processo e o esvaziamento dos canais de participação democrática. Nesse sentido, é sintomático o fato da ATTAC contar em sua estrutura com um comitê científico formado por mais de cem pesquisadores reconhecidos, muitos dos quais economistas.

Assim também, a Rede Mexicana de Ação Frente ao Livre Comércio (Remalc), formada por muitos professores universitários foi um braço importante do altermundialismo no México, fomentou a campanha contra o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (PLEYERS, 2010).

Militantes

Apesar das diferenças regionais o perfil socioeconômico dos participantes do Fórum Social Mundial tem apresentado certas regularidades. Toda uma série de levantamentos realizada durante os encontros e manifestações altermundialistas indicam

chamados “sem” – DAL, AC! Droits devant!!, MNCP, APEIS; outras organizações que não se encaixam nas classificações acima e dificilmente formam outras – Artesãos do mundo, a CADAC (Coordenação as Associações para o Direito ao Aborto e à Contracepção), os Amigos da Terra, a Confederação geral dos Scop, ESCOOP, Rede Serviços Públicos Europeus e UFAL (União das Famílias Laicas).

⁵ Paul A. Samuelson a défini en 1954 un bien collectif par deux critères : on ne peut exclure personne de son usage et l’usage par un individu n’empêche pas celui d’un autre. Les exemples les plus souvent donnés sont celui du phare ou celui de l’éclairage sur la voie publique. À ces deux critères de non-exclusion et de non-rivalité s’ajoutent, pour définir des biens collectifs « purs », celui d’obligation d’usage (on est « obligé de consommer » des avions de chasse) et celui d’absence d’effet d’encombrement (c’est le cas d’une route tant qu’elle n’est pas saturée de voitures).

reiteradamente maciça presença de assalariados do setor de serviços e do trabalho social; alto grau de escolaridade e vínculo estreito com a carreira acadêmica. Entre as profissões mais recorrentes: professores, pesquisadores, estudantes, profissionais da saúde, das artes e da comunicação, majoritariamente provenientes da esfera pública. Políglotas, familiarizados a diversos recursos tecnológicos, conhecedores de outros países e culturas. Ao cruzarmos alguns dos dados disponíveis, verificamos que esse assalariado além não de estar diretamente ligado à produção de mercadorias exercem funções que Jacques Bidet (2011) denominou de *compétents* e Alain Bihir (2013) de *quadres*⁶.

Em 2005, a Aliança de Editores Independentes, mantida pela Fundação Charles Léopold Mayer e pela Fundação Ford, enviou ao Fórum Social Mundial onze redatores para cobrir os debates e recolher as proposições sugeridas nos espaços temáticos. O primeiro capítulo do relatório produzido, também um dos maiores e mais detalhado, é dedicado à chamada questão dos saberes. Logo na sua introdução, lemos:

“Com efeito, a mundialização liberal ultrapassou em muito o campo tradicional da economia e atingiu o do conhecimento. Ou antes, a produção e troca de conhecimento entrou profundamente no mundo da lógica mercantil”.

É interessante observar que, no relatório, educação se refere ao ensino superior. Outro aspecto importante é a ênfase na particularidade do conhecimento, um bem cuja natureza seria muito diferente de qualquer outro, uma vez que a sua produção obedece a um tempo próprio e está atrelada à autonomia e liberdade de trabalho. Esse bem, quase irredutível à forma mercadoria, exige, portanto, condições diferenciadas para a sua realização

⁶ Entre os entrevistados 69,2% possuíam diploma do superior – a título de comparação, entre os franceses de 30 anos (média de idade dos militantes do encontro) esse número não ultrapassa 30%. Quanto à situação profissional: 46,1% eram funcionários públicos; 21,6% do setor privado; 6,2% independentes e profissionais liberais; 20% do setor associativo. O emprego público representa 10% da população francesa (GOBILLE; UYSAL, 2005), país em que o setor público é reconhecidamente mais denso que no Brasil. As entrevistas realizadas com os militantes indicam ainda que aproximadamente 42% são quadros e intelectuais; 0,4% agricultores e artesãos; 1,5% comerciantes e chefes de empresa; 8,4% empregados; 2,2% operários. Segundo o Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos (INSEE), as últimas duas categorias representavam 56,5% da população ativa francesa em 2002 (GOBILLE; UYSAL, 2005). A superrepresentação de certos setores e camadas das classes médias pode uma vez mais ser auferida através do perfil do militante altermundialista. Segundo Éric Agrikoliansky e Isabelle Sommer (2005: p. 112-113): 76% dentre eles dec Agrikoliansky e Isabelle Sommer (2005: p. 112-113): 76% dentre eles declaram falar outras línguas – 33% uma língua, 30% duas e 9% três ou mais . A socialização internacional é uma questão interessante.

“(…) podemos ainda acreditar em pesquisa pública ou ela está definitivamente atrelada à lógica mercantil da pesquisa privada? Podemos ainda falar de pesquisa pública nos países onde o nível médio do salário dos pesquisadores é igual aquele de um empregado(…)”

Por fim, após uma densa crítica do processo de mercantilização das instituições universitárias, algumas propostas são apresentadas no final do relatório. Eis algumas delas:

1) democratizar o debate e resultados das pesquisas sobre agricultura e alimentação; 2) conscientizar os deputados e organizações sociais a respeito das questões políticas que envolvem as pesquisas em tecnologia e biologia; 3) estabelecer normas éticas que regulem a aproximação entre a universidade e o setor privado; 4) regulamentar o avanço e o desenvolvimento das instituições privadas de ensino; 5) apoiar as lutas sociais no seio das universidades; 6) reforçar as regras de proteção aos profissionais da educação; 7) reafirmar o caráter de bem público do ensino, “em especial da universidade”.

Bibliografia

- AGUITON, Christophe. Une nouvelle étape. L'Economie politique: L'altermondialisme a-t-il un avenir? Paris, nº 25, p.37-41, janeiro 2005.
- BIDET, Jacques. La structure de classe et de parti dans la longue durée de la forme moderne de société, 2011 (mimeo)
- BIHR, Alain. Encadrement capitalista e reprodução do capital (mimeo, 2013)
- BLIN et.al. 100 propositions du Forum social mondial. Paris: Éditions Charles Léopold Mayer, 2006.
- CHESNAIS, François. Tobin or not tobin? Porque tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos. São Paulo: UNESP, ATTAC, 1999.
- GOBILLE, Boris; UYSAL, Aysen. Cosmopolites et enracines. In: AGRIKOLIANSKY, Eric; SOMMIER, Isabelle. Radiographie du mouvement altermondialiste. Paris: La dispute, p. 105–126, 2005.
- HARRIBEY, Jean-Marie. Pour une conception matérialiste des biens communs. In : *Les Possibles*, n. 05, 2015.
- HEINE, Sophie. Les résistances altermondialistes à l'Union européenne: Analyse comparative des idéologies d'Attac-France et d'Attac-Allemagne. Revue internationale de politique comparée. Vol. 15, 4/2008.
- LEITE, José Correa. As invenções da política: sobre a existência da política e suas transformações. São Paulo: PUC-SP (Tese de doutorado apresentada ao programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), 2005.
- LEITE, José Corrêa. Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- LEITE, José Corrêa. Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- PLEYERS, Geoffrey. El altermondialismo en México. México: Colegio de México, 2010.
- RAMONET, Ignácio. A ideia antiglobalização. In: MINÃ, Gianni. Um outro mundo é possível. Rio de Janeiro: Record, 2003. 208
- RAMONET, Ignácio. A necessidade da utopia neoliberalismo. Caros Amigos. São Paulo: Casa Amarela, ano 4, n. 44, p. 16-17, nov., 2000.

RAMONET, Ignacio. Désarmer les marches. Le monde diplomatique. Paris, 01/12/1997.